

“ESCOLA AMPLIADA”: categorização da Escola Pública nas relações políticas no Estado Ampliado da Primeira República no Brasil

Sônia Ribeiro de Souza¹

Resumo

Este artigo pretende refletir, a partir de um referencial teórico gramsciano, o papel político da Escola Pública durante a Primeira República no Brasil. Percebendo a Escola Pública enquanto resultante possível das relações políticas em disputa para a conquista da hegemonia proponho, mesmo que aqui de forma sintética, a construção de uma concepção da Escola pública brasileira enquanto uma “Escola Ampliada”. Desta forma, entendemos a instituição em tela, como *locus* de disputa de poder e como instância de negociação e de consenso para o estabelecimento da hegemonia e, ainda, como palco político para observar e analisar o uso da direção/dominação e do consenso/força para a estabilidade do Estado.

I – Apresentação

“O ‘ensaio popular’. Não é tratado o ponto fundamental: como das estruturas nasce o movimento histórico? E entretanto esse é o ponto crucial de toda a questão do materialismo histórico, é o problema entre a sociedade e a ‘natureza’. As duas proposições: - 1) a ‘sociedade’ não se coloca problemas para cuja solução não tenham se dado as condições (premissas) necessárias e suficientes; 2) nenhuma forma de sociedade desaparece antes de ter esgotado todas as suas possibilidades e conseqüências. Apenas nesse terreno é possível eliminar todo mecanismo e todo traço de ‘milagre’ supersticioso. Também nesse terreno deve ser colocado o problema da formação dos grupos políticos ativos e, em última análise, o problema de função das grandes personalidades da história(Q 7, § 20, p 869, in BIANCHI, 2008, p. 127)

Como aponta a reflexão de Bianchi em seu ‘*Laboratório...*’, Gramsci diante de sua realidade política sente-se profundamente incomodado pelas teorias que promoviam leituras mágicas ou supersticiosas do movimento histórico. Não aceitava a percepção de uma sociedade ‘natural’ em que as transformações ocorressem através de movimentos provocados por uma instância sobrenatural da evolução social. A partir desta questão, observando sua realidade meridional, mesmo no cárcere, Gramsci construiu um conceito de Estado que buscava compreender as relações sociais e as forças políticas envolvidas no contexto político do Estado. Sua construção nos leva a ampliação de conceitos de Estado, política, cultura, a participação do intelectual, *praxis* e possibilidades na formação do bloco histórico de poder e outros.

Na reflexão que aqui apresento me proponho a discutir o conceito de Estado Ampliado e as instituições necessárias para a sua constituição, buscando construir um comparativo entre o conceito original e a participação política na institucionalização da Escola Pública durante a Primeira República. Procuo demonstrar que tal instituição reflete o espaço político em disputa da construção da hegemonia no Estado Ampliado.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia, Campus Porto Velho. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense – PPGH-UFF

Para compreender os conflitos e os produtos das relações de classe no processo de construção e reconstrução do Estado, o conceito de Estado Ampliado privilegia uma abordagem onde a relação de disputa entre os segmentos da sociedade civil é parte integrante do próprio Estado. Segundo Gramsci, o Estado é formado por duas instâncias: 1) O Estado-coerção, com sua burocracia e seus aparelhos repressivos, ou seja, o Estado enquanto aquele que possui o monopólio da violência legítima; 2) A sociedade civil, com seus aparelhos privados de hegemonia, que se vinculam ao Estado, enquanto instâncias de participação política, enquanto ideologia, com uma função pedagógica. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p 126)

A utilização das concepções gramscianas implica em considerar, sobretudo, o Estado de forma relacional e não como um todo monolítico sem disputas internas, sem frações de classe em luta. Ao considerá-lo de forma ampliada — sociedade civil e sociedade política, com diferentes grupos na disputa pela fala hegemônica —, torna-se central identificar as relações de hegemonia (com os grupos aliados) e de ditadura ou dominação (com grupos antagônicos), que se estabelecem no interior deste mesmo Estado. Ao fazer isto, Gramsci criou as condições para ampliar a própria concepção de Estado. O conceito marxista de Estado presumia a separação entre sociedade política e sociedade civil. Ao conceber a sociedade civil, enquanto elemento da superestrutura e com funções políticas, podemos situá-la dentro do corpo do Estado ampliando-o. Desta forma, o Estado é entendido como uma interação constante entre suas instâncias: a sociedade política (o Estado em sentido restrito, formado pelo conjunto dos mecanismos de violência e de coerção) e a sociedade civil (responsável pelo conjunto da organização de difusão de ideologias: partidos políticos, escola, igreja, sindicatos, etc). No âmbito da sociedade civil, buscam-se aliados mediante direção política e consenso, ou seja, busca-se a hegemonia. No âmbito da sociedade política, busca-se a dominação, mediante a coerção e consenso. Tanto em um quanto em outro, existem os elementos materiais para a sua ação. Na sociedade política, temos a burocracia, a força policial e a força militar. Na sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia com suas revistas, livros, jornais, etc.

Como podemos notar, é impossível separar o conceito de Sociedade civil e de Estado em Gramsci, da mesma forma que é impraticável uma separação entre a Sociedade civil e hegemonia, esta entendida como a capacidade de um grupo tornar-se protagonista de reivindicações, atraindo ao redor de si, diferentes extratos sociais.

Segundo BUCI-GLUCKSMANN,

“O Estado integral pressupõe a tomada em consideração do conjunto dos meios de direção intelectuais e moral de uma classe sobre a sociedade, a maneira como ela poderá realizar sua ‘hegemonia’, ainda que ao preço a de ‘equilíbrios de compromisso’, para salvaguardar seu próprio poder político, particularmente ameaçado em períodos de crise: “O Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governadores”.”(1980, PP 128-129)

Dessa forma é expressa a importância da institucionalização de sentidos para as Instituições que terão a função de construir, ou impor, a concepção de consenso ou coerção, dentro da superestrutura e da própria infraestrutura do Estado Ampliado, resultantes da disputa pela hegemonia das frações de classes historicamente colocadas. Ao considerarmos tal percepção de Estado Ampliado conseguiremos observar o papel

da atuação de instituições públicas criadas para responder a predominância do poder das classes em disputas pela hegemonia na Primeira República do Brasil. Nas palavras de Gramsci:

“É possível por enquanto, estabelecer dois grandes ‘planos’ superestruturais, o que se pode chamar de ‘sociedade civil’, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente chamados ‘privados’, e o da ‘sociedade política ou Estado’, e que correspondem à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a de ‘domínio direto’ ou de mando, que se expressa no Estado e no governo jurídico.” (Q 12, §1, p.1518 e Bobbio 1975, p 85 *in* BIANCHI, 2008, P. 179)

II - Estado Ampliado e a Escola Pública

O Estado constituído na Primeira República foi responsável pela institucionalização da Escola Pública. Se considerarmos o referencial teórico de Gramsci, tal instituição deve ser considerada como parte integrante da sociedade política, pois se encontra sob o controle do Estado (em sentido restrito). Enquanto aparelho de Estado tem o papel de construção e de expressão da hegemonia do segmento de classe dominante, que então ocupava o controle de posições de controle da Sociedade Política.

Entretanto, assim como o Estado nunca é ocupado por um único grupo dominante, pois a construção da hegemonia requer a negociação e a capacidade de construir alianças com outras frações de classe, observo que a Escola Pública, desde a sua criação no Brasil, não realizou apenas a expressão do poder hegemônico, mas tornou-se palco da própria disputa pela hegemonia entre as frações de classe aliadas. Como decorrência disto, desde seu início constitui-se como um espaço em disputa pela própria sociedade civil, a partir da intervenção de aparelhos privados de classe pela determinação de sua função pública e dos seus sentidos.

Tendo por base essa reflexão, torna-se impossível apontar a Escola Pública brasileira como um Aparelho Ideológico do Estado, como apontava Althusser. Mas também não podemos situá-la como uma instituição da sociedade civil, como genericamente é colocada por Gramsci. Entretanto ela também não se encontra exclusivamente sob o conjunto de instituições da sociedade política sob o controle do Estado. A Escola Pública também precisa ser refletida como uma “**Escola Ampliada**”: um espaço de disputa pela hegemonia.

II – A constituição da Escola Pública nos primeiros anos da Primeira República: uma ‘Escola Ampliada’

Segundo VALLE (2007), a constituição teórica da Escola Pública brasileira teve em suas discussões políticas iniciais a inspiração no lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Entre os intelectuais republicanos envolvidos na fundação dessa Escola Pública que pretendia ser nacional, destacaram-se três agentes: Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Benjamim Constant. A síntese resultante do embate entre esses intelectuais definiu o perfil político e a conceituação da Escola Pública

brasileira. No lugar do trinômio francês, foi construído o trinômio brasileiro: Gratuidade, Obrigatoriedade e Laicidade.

Os princípios adotados deveriam produzir resultados sociais para a modificação da sociedade brasileira. Com a *Gratuidade* esperava-se que a educação básica fosse garantida a toda a população mais pobre do país: os escravos recém libertos, os mestiços pobres, os indígenas e demais grupos (por eles considerados) que careciam de uma ação eugênica, para que pudessem garantir a viabilidade civilizatória da nação. Com a *Obrigatoriedade* buscava garantir que os filhos de imigrantes europeus fossem educados na língua e cultura brasileira, da mesma forma que obrigaria as famílias pobres a colocar seus filhos nas escolas públicas. Em grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e algumas outras cidades do sul, foram elaboradas leis que proibiam a existência de escolas comunitárias privadas gratuitas nos bairros, pois, na sua maioria, haviam sido criadas como alternativas das comunidades estrangeiras, a fim de garantir o ensino das letras, da língua e dos costumes de suas origens nacionais (NAGLE, 1976). Com o princípio da *Laicidade* almejava-se garantir a manutenção entre a separação entre a Igreja e o Estado, preconizada na Constituição de 1891. Entretanto, fazia parte da própria arquitetura das Escolas públicas a fixação do Crucifixo Católico, sempre afixado no corredor principal da estrutura predial da Escola.

Foi neste cenário que intelectuais tradicionalmente reconhecidos pela historiografia, que começo a identificar as relações em disputa pela hegemonia dessa 'Escola Ampliada'. Mas esses intelectuais falavam em nome de quem?

A biografia sobre Rui Barbosa (1849-1923) possui pontos peculiares. Sua família fazia parte da fração da classe dominante durante o Segundo Reinado. Eram próximos ao Imperador Pedro II, tendo seus tios como dignitários de comendas de baronato e de ducado. Seu pai atuava como Diretor Geral do Ensino da Bahia. Rui Barbosa era Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Bahia, obtendo seu grau em 1870. Atuou incessantemente na área jurídica, inclusive engajando-se durante o Império na defesa de eleições diretas e pela abolição da escravatura. No Império esteve no poder legislativo como Deputado Provincial e Deputado Geral entre os anos de 1878 e 1884. Na Primeira República foi Senador de 1890 a 1921. Também podemos lembrar que por duas vezes concorreu a presidência, porém foi derrotado em ambas. Federalista ferrenho e liberal proclamado, a ele tanto fazia a Monarquia ou a República (apesar de não defender o presidencialismo) o valor, para ele, estaria num país organizado constitucionalmente como federativo, onde o respeito a lei seria o fundamento civilizatório (ZIMMERMANN, 2007). Envolveu-se plenamente na construção da Constituição de 1891, aonde, inclusive, foi um dos redatores e revisores. Sua atuação como representante do governo em instituições internacionais é mais do que reconhecida. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e também fundou o Partido Liberal Nacional. Nos debates sobre a Escola Pública, Rui foi ferrenho defensor do princípio da *obrigatoriedade*. Sobre a Educação Pública, Rui Barbosa profere em um de seus discursos:

«Gente inculta não pode avaliar o preço à cultura da alma. (...) É portanto a educação uma das coisas que, podemos-lo admitir como princípio, o governo deve distribuir ao povo. Ela constitui um dos casos a que não se aplicam necessariamente os motivos da regra da não-intervenção.»²

² Rui Barbosa, *A Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública* ocupa o volume X, tomos I a IV. Rio de Janeiro, MEC/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1946, pp. 86.

Benjamin Constant (1833-1891) foi militar e político brasileiro. Idealizador da expressão "Ordem e Progresso" da bandeira brasileira, inspirado no ideal positivista do francês Augusto Comte, que pregava "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". Participou efetivamente da Proclamação da República através da sua atuação dentro do exército. Em 1887 fundou o Clube Militar, importante centro de propaganda republicana, da qual era presidente. No dia 9 de novembro de 1889 presidiu a sessão que decidiu pela queda da Monarquia. Por proposta do positivista Demétrio Ribeiro, Benjamin recebeu o título de "Fundador da República Brasileira". Foi professor, doutor em matemática e ciências físicas. Como militar, galgou vários postos, chegando a General de Brigada. Foi professor e depois diretor do Instituto dos Meninos Cegos, do Rio de Janeiro, durante 20 anos. Em sua homenagem, desde 1891 foi denominado "Instituto Benjamin Constant". Proclamada a República, assumiu a pasta do Ministério da Guerra do Governo Provisório e em 1890 assumiu o posto de General-de-brigada. Por discordar das ideias do presidente Deodoro da Fonseca foi afastado do cargo e para ele foi criada a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. No comando de tal pasta no Governo Republicano seria a responsável pela Educação Pública no Brasil. Como Presidente desta pasta promoveu a primeira série de reformas no Ensino Público do país, que ficou conhecida como a Reforma Benjamin Constant – 1890. Resumidamente sua reforma garantiu: a) escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos; b) escola secundária com duração de 7 anos; c) ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar. Defendeu que no ensino superior as faculdades privadas pudessem diplomar seus alunos, independente da diplomação das instituições públicas, desde que tais faculdades privadas apresentassem a Pasta de Ensino em seus currículos. Em relação ao plano curricular do ensino secundário, a reforma Benjamin Constant, sem suprimir a parte tradicional do currículo, ou seja, o estudo do Latim e do Grego, propôs que a sua parte principal fosse constituída pelo estudo das ciências fundamentais, em um curso de sete anos, na ordem lógica de sua classificação estabelecida por Augusto Comte. Segundo SILVA

O plano de estudos proposto por B. Constant, (...), não foi levado a sério, pela falta de interesse que despertou nos alunos, por contrariar a concepção preparatória do ensino secundário, além do que era totalmente inexecutável. Assim é que já no primeiro ano da sua implantação, vozes de protesto se levantavam pedindo a sua imediata revogação. (1969, p. 222).

A Reforma de Benjamin Constant nunca fora executada plenamente, de fato só conseguiu a regulamentação do ensino do 1º grau. Os comentários da época é que ela era inexecutável pela própria 'fraqueza' cultural do povo brasileiro. Durante as discussões sobre a Escola Pública ele era ferrenho defensor da *laicidade* da instituição.

Quintino Bocaiúva (1836-1912), jornalista e tipógrafo, tentou graduar-se em Direito, mas não conseguiu em função de suas condições financeiras que inviabilizaram seus estudos. Participou ativamente dos eventos que levaram à Proclamação da República, produziu jornais propagandistas, contribuiu na formulação do Manifesto republicano e foi o único civil dentre os integrantes da marcha de Deodoro e Constant rumo ao quartel general para a Proclamação da República. Como político foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores (1889 a 1891). Em 1891, saiu da Pasta de Relações Exteriores para assumir como Senador e participar da Assembleia Nacional Constituinte. Após a promulgação da Constituição, abandonou o mandato e retornou a atuar como jornalista. Volta a atuação política sendo eleito Senador e Presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903). Exerceu a vice-presidência do Senado até a sua

morte. Pertencia a maçonaria tendo nesta alcançado o grau mais elevado da loja: Grão-Mestre. Foi presidente do Partido Republicano Conservador. Nas discussões sobre a Escola Pública, era um árduo defensor da *gratuidade*.

Esses personagens falavam de lugares sociais diferentes e construíram a primeira síntese de Escola Pública no Brasil:

“nenhum legislador pode ser visto como indivíduo, salvo abstratamente e por comodidade de linguagem, porque, na realidade, expressa uma determinada vontade coletiva disposta a tornar *efetiva* sua ‘vontade’ porque a coletividade está disposta a lhe dar efetividade (Q 14, §9, p. 1663. BIANCHI, 2008, P. 195)

Esta síntese biográfica aponta nos meus estudos o quanto a Escola Pública tornou-se um grande espaço de disputas e relações que espelham o conflito do próprio Estado Ampliado da Primeira República. Os ‘grandes pilares’ que fundamentaram a Escola pública representam concepções políticas, atuações e representações de classe (ou frações de classe) distintas.

Os três participam da formulação da Constituição de 1891 e, no que tange a Educação Pública, mantiveram as premissas de 1834, que se deu através do Ato Adicional (Lei n.16/1834). Por meio dessa medida o Império descentralizava as responsabilidades e ações sobre a educação, passando a dar competências às Assembleias Provinciais para legislar sobre a educação primária e secundária. Continuando a legislação sobre a educação superior sendo de competência do Governo Imperial. A primeira república e a sua Constituição repetiram o Ato Adicional de 1834 e foram praticamente omissos quanto à educação, apenas dando autonomia aos Estados em matéria educacional (nova descentralização como havia ocorrido com as Assembleias Provinciais).

III – Considerações Finais

“O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito, ou melhor, procurando obter que a força pareça no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, Q 13, § 37, p. 1638 *in* BIANCHI, 2008, PP. 186,187)

Esta proposição de se compreender a Escola Pública com um olhar semelhante ao Estado Ampliado – por isso Escola Ampliada – é porque diante deste breve cenário apresentado nestas páginas observamos que a Escola reflete o mesmo mecanismo perceptível no Estado Republicano, quando compreendido de forma ampliada.

Como nos aponta as reflexões gramscianas, a cultura é um importante espaço para a obtenção do consenso e, ao pensarmos a Escola Ampliada, observamos inclusive os espaços do uso da força para a obtenção da direção que legitima a hegemonia no Estado.

O princípio de unidade proposto no fundamento da Escola Pública não obteve no exercício do legislativo a sua coerência. Reproduziu as estratégias de

construção da hegemonia do Estado na Primeira república: a Política dos Governadores, o fortalecimento do Coronelismo. Ficava entregue aos governos estaduais, através das Diretorias Estaduais de Ensino, a responsabilidade de expansão do ensino e de sua organização. Mas estes essencialmente operacionalizavam nas capitais e outras cidades de maior impacto em seus estados. No mundo urbano, as escolas eram garantidas pelos coronéis locais, que se apresentavam como os aliados da hegemonia nacional.

Faz-se necessário desmistificar a leitura simplista de ausência de organização ou atenção dada a Educação Pública pelo Estado na Primeira República. O que aqui aponto é que tal situação foi proposital exatamente pela compreensão da força política do controle dessa instituição do Estado é que essa foi colocada como elemento de ‘barganha’ nas estratégias políticas. Essa situação não impediu a formulação de discursos de fortalecimento e enriquecimento do poder da educação nacional. Isso é facilmente identificado quando resgatamos os discursos de diversos Deputados do período, a exemplificar apresento aqui um trecho do discurso do Deputado Federal Afonso Costa, que também atuou na direção da pasta de ensino:

«O momento urge. A democracia carece de assentar os seus fundamentos em sólidas bases, educando-se o espírito do povo nos princípios da liberdade, no conhecimento das leis comuns, no respeito ao direito de todos, na compreensão de suas dificuldades e na confiança inquebrantável e segura da grandeza de seu futuro e só a instrução, infiltrando-se por todas as camadas populares, desde as cidades rumorosas aos mais longínquos sertões do nossos Estados, será capaz de conduzir-nos a posse invejável desse ideal republicano.»³

Na própria indicação de ação política de Campos Sales quando afirma “*É do interior que se governa o país*”, a Escola Ampliada refletirá essa estratégia política tornando-se um cenário refletido das relações do Estado Ampliado Republicano:

“Nessa, como em todas as lutas, procurei fortalecer-me com o apoio dos Estados, porque – não cessarei de repeti-lo – é lá que reside a verdadeira força política. (...) em que pese os centralistas, o verdadeiro público eu forma a opinião e imprime direção ao sentimento nacional é o que está nos Estados. É de lá que se governa a República por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da Capital da União”(Campos Sales, Da propaganda à presidência, p. 127 in NEVES, 1991, P. 73)

Bibliografia

ALENCAR, Fontes(org.). *Rui Barbosa – Coleção ivro na rua – Série Diplomacia ao alcance de todos. Vol 3.* São Paulo – Editora Thesouro. 2008. <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/pesquisa/bdsf.asp>, em 08/06/2012

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política.* São Paulo: Alameda, 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

³ Afonso Costa. *O ensino e a minha atitude na câmara dos deputados.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907. p. VII. Deputado Federal, foi membro da Comissão de Instrução Pública.

- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edit. Graal, 1978.
- MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Marcia.(orgs.) *Nação e poder: as dimensões da História*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
- MENDONÇA, Sônia Regina. “Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania” in “Tempo”, Universidade Federal Fluminense, Revista do Departamento de História. – vol. 1, abr. 1996 – Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996. pp. 94-125.
- MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1985.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional, Benjamin Constant: Militar e político brasileiro http://www.e-biografias.net/benjamin_constant/ em 8/06/2012
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. *Obras Seletas – VOLUME 6 - Rui Barbosa*. 1956.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo – Rio de Janeiro, EPU – Fundação Nacional de Material Escolar, 2ª edição, 1976.
- NEVES, Margarida de Sousa. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo, Editora Atual, 1991.
- PALMA FILHO, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação* – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/ Santa Clara Editora. 2005.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).
- VALLE, Lilian do. *A escola e a Nação - as origens do projeto pedagógico*. São Paulo, Editora Letras & Letras, 1997.
- ZIMMERMANN, Augusto. *Rui Barbosa, o “Águia de Haia”*: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda conferência de paz de Haia. In <http://www.superdownloads.com.br/download/56/obras-seletas-rui-barbosa/>, em 08/06/2012